



**CARTÓRIO LUZ**  
Rua Deodoro, 169  
Autentico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado, com o qual conferi  
do que dou fé.

Fpolis, 20 OUT. 2000

Elise da Luz Schmitt e Sousa  
Tabela Substituta

**MACHADINHO ENERGÉTICA S.A.**

**NIRE n.º 42300024830**  
**CNPJ n.º 03.076.274/0001-52**

**ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA**  
**REALIZADA EM 21 DE SETEMBRO DE 2000**

(lavrada sob a forma de sumário, de acordo com a autorização contida  
no parágrafo 1º do artigo 130 da Lei n.º 6.404/76)

**DATA E LOCAL:** 21 de setembro de 2000, às onze horas, na sede social  
da Companhia, na Cidade de Florianópolis, Estado de Santa Catarina, na Rua  
Bocaiúva 2468, 6º andar.

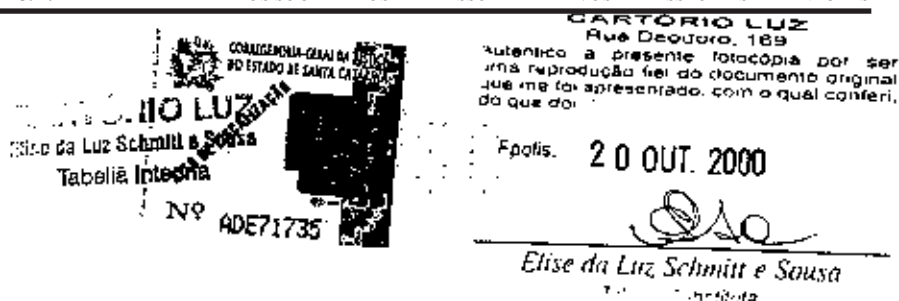
**PRESENÇA:** acionistas representando a totalidade do capital social.

**COMPOSIÇÃO DA MESA:** José Said de Brito – Presidente  
Ivete Aparecida Andrade Silva Crisafulli – Secretária

**CONVOCAÇÃO:** dias 14, 15 e 18 de setembro de 2000 no Diário Oficial  
do Estado de Santa Catarina, ns. 16.498, 16.499 e 16.500, páginas 31, 32 e 21,  
respectivamente, dias 14, 15 e 16 no jornal "Diário Catarinense", páginas 31, 27 e  
22, respectivamente, e dias 14, 15 e 18 no jornal "Gazeta Mercantil", páginas A-8,  
A-10 e B-4, respectivamente.

**DELIBERAÇÕES:** foram aprovadas, por unanimidade de votos, as  
seguintes deliberações:

1. autorizar a Companhia a proceder, junto à Comissão de Valores Mobiliários  
("CVM"), ao registro de companhia aberta nos termos do disposto na  
Instrução CVM n.º 202, de 6 de dezembro de 1992, com o objetivo de  
realizar duas emissões de debêntures para distribuição pública com  
negociação em mercado de balcão, ficando a Diretoria desde já autorizada  
a praticar todos os atos necessários para tanto que não sejam de



competência exclusiva da assembleia geral ou do conselho de administração;

2. autorizar a Companhia a proceder a duas emissões de debêntures para distribuição pública ("Debêntures"), com as seguintes características:
  - 2.1 *Valores totais das duas emissões.* O valor total da primeira emissão é de até R\$200.000.000,00 (duzentos milhões de reais), inclusive, na Data de Emissão (conforme definido abaixo) da primeira emissão. O valor total da segunda emissão é de até R\$120.000.000,00 (cento e vinte milhões de reais), inclusive, na Data de Emissão da segunda emissão (conforme definido abaixo).
  - 2.2 *Valores nominais das duas emissões ("Valor Nominal").* As Debêntures das duas emissões terão valor nominal unitário de R\$10.000,00 (dez mil reais) na Data de Emissão das respectivas emissões.
  - 2.3 *Quantidade das Debêntures das duas emissões.* Serão emitidas até 20.000 (vinte mil) Debêntures na primeira emissão. Serão emitidas até 12.000 (doze mil) Debêntures na segunda emissão.
  - 2.4 *Séries das duas emissões.* As duas emissões serão realizadas em série única.
  - 2.5 *Convertibilidade e forma das Debêntures das duas emissões.* As Debêntures das duas emissões serão do tipo não conversíveis em ações, emitidas sob a forma escritural, sem emissão de cautelares ou certificados.
  - 2.6 *Espécie das Debêntures das duas emissões.* As Debêntures das duas emissões serão da espécie subordinada.
    - 2.6.1 *Obrigações adicionais das duas emissões.* O pagamento integral do Valor Nominal das Debêntures das duas emissões, acrescido da Remuneração das Debêntures das duas emissões e, se for o caso, dos encargos moratórios, e de todos e quaisquer valores, principais ou acessórios, devidos pela Companhia nos termos das escrituras de emissão a serem firmadas pela Companhia com os agentes fiduciários dos debenturistas ("Agente Fiduciário"), os fiadores e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES") ("Escritura de Emissão"), será garantido por garantia fidejussória a



CARTÓRIO LUIZ  
Rua Deodoro, 169  
Autentico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original,  
que me foi apresentado, com a qual conferi  
do que doi

Epohs. 20 OUT. 2000

Elise da Luz Schlitt e Sousa  
Tabeliã Substituta

ser prestada por alguns dos acionistas da Companhia ou por controladores de tais acionistas, nos termos e condições a serem previstos nas Escrituras de Emissão.

- 2.7 *Colocação das Debêntures das duas emissões.* As Debêntures das duas emissões serão objeto de distribuição pública com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, utilizando-se o procedimento diferenciado de distribuição previsto no artigo 33 da Instrução CVM n.º 13, de 30 de setembro de 1980, não existindo reservas antecipadas, lotes mínimos ou máximos, sendo atendidos, preferencialmente, os clientes dos coordenadores das duas emissões ("Coordenadores") que desejarem efetuar investimentos nas Debêntures das duas emissões.
- 2.8 *Negociação.* As duas emissões serão registradas para negociação no mercado secundário através do Sistema Nacional de Debêntures, administrado pela Associação Nacional das Instituições de Mercado Aberto ("ANDIMA") e operacionalizado pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos ("CETIP").
- 2.9 *Datas de emissão das Debêntures das duas emissões ("Data de Emissão").* A data de emissão das Debêntures da primeira emissão será 1º de novembro de 2000. A data de emissão das Debêntures da segunda emissão será 1º de setembro de 2001.
- 2.10 *Prazos e datas de vencimento das Debêntures das duas emissões.* O prazo das Debêntures da primeira emissão será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão da primeira emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de novembro de 2012. O prazo das Debêntures da segunda emissão será de 12 (doze) anos, contados da Data de Emissão da segunda emissão, vencendo-se, portanto, em 1º de setembro de 2013.
- 2.11 *Prazo de subscrição e forma de integralização das Debêntures das duas emissões.* Respeitados o deferimento do pedido de registro na CVM e a segunda publicação do anúncio de início de distribuição, as Debêntures das duas emissões serão subscritas em até 2 (dois) dias úteis contados das datas das expedições dos competentes registros de emissão das respectivas emissões pela CVM ("Prazo de Subscrição"). A subscrição será efetuada por meio dos



CARTÓRIO LUZ  
Rua Decodoro, 158  
Autentico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado, com o qual conferi,  
do que dou...

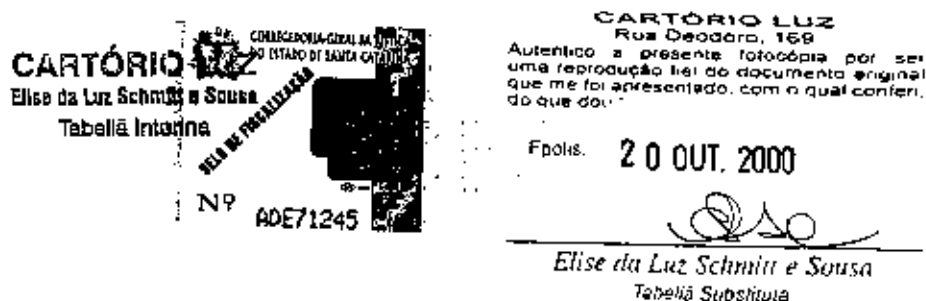
20 OUT. 2000

Elise da Luz Schmitt e Sousa  
Tabelião Substituta

procedimentos do Sistema de Distribuição de Títulos – SDT, disponibilizado pela CETIP. A integralização das Debêntures das duas emissões será à vista e em moeda corrente nacional, no ato da subscrição ("Data de Integralização"). As Debêntures da primeira emissão serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração (conforme definido abaixo), calculada *pro-rata temporis* desde a Data de Emissão da primeira emissão até a Data de Integralização da primeira emissão. As Debêntures da segunda emissão serão subscritas pelo seu Valor Nominal acrescido da Remuneração, calculada *pro-rata temporis* desde a Data de Emissão da segunda emissão até a Data de Integralização da segunda emissão.

- 2.12 *Amortizações programadas das Debêntures das duas emissões ("Amortização").* O Valor Nominal das Debêntures da primeira emissão será pago em 21 (vinte e uma) parcelas iguais, semestrais e sucessivas, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de novembro de 2002 e o último, em 1º de novembro de 2012, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira emissão. O Valor Nominal das Debêntures da segunda emissão será pago em 21 (vinte e uma) parcelas iguais, semestrais e sucessivas, a partir do 2º (segundo) ano contado da Data de Emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2003 e o último, em 1º de setembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda emissão.
- 2.13 *Remunerações das Debêntures das duas emissões ("Remuneração").* Sobre o Valor Nominal das Debêntures da primeira emissão incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% da taxa média dos depósitos interfinanceiros de um dia, denominada Taxa DI, "over extra grupo", expressa na forma percentual ao ano, base 252 dias úteis, calculada e divulgada pela CETIP ("Taxa DI"), acrescidos de uma sobretaxa efetiva de, no máximo, 0,75% (setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, sendo que a sobretaxa final será definida em processo de *bookbuilding* a ser organizado pelos Coordenadores, e será aprovada pelo conselho de administração da Companhia, consignada em ata de reunião do conselho de administração, sendo objeto do competente aditamento à Escritura de Emissão ("Sobretaxa da Primeira Emissão"). Sobre o Valor Nominal das Debêntures da segunda emissão incidirão juros remuneratórios equivalentes a 100% da Taxa DI, acrescidos de uma

*[Handwritten signature]*



sobretaxa efetiva de, no máximo, 1% (um por cento) ao ano, sendo que a sobretaxa final será definida em processo de *bookbuilding* a ser organizado pelos Coordenadores, e será aprovada pelo conselho de administração da Companhia, consignada em ata de reunião do conselho de administração, sendo objeto do competente aditamento à Escritura de Emissão ("Sobretaxa da Segunda Emissão").

- 2.13.1 *Periodicidade de pagamento da Remuneração das Debêntures das duas emissões.* A Remuneração das Debêntures da primeira emissão será paga em 23 (vinte e três) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 1º (primeiro) ano contado da Data de Emissão da primeira emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de novembro de 2001 e o último, em 1º de novembro de 2012, por ocasião do vencimento das Debêntures da primeira emissão. A Remuneração das Debêntures da segunda emissão será paga em 23 (vinte e três) parcelas semestrais e sucessivas, a partir do 1º (primeiro) ano contado da Data de Emissão da segunda emissão, ocorrendo o primeiro pagamento em 1º de setembro de 2002 e o último, em 1º de setembro de 2013, por ocasião do vencimento das Debêntures da segunda emissão.
- 2.13.2 *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.* Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Caso os debenturistas, reunidos em assembleia, não aprove a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures em circulação da respectiva emissão deverão ser adquiridas ou resgatadas na sua totalidade pelo saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos do item 2.12 acima, acrescido da Remuneração devida até a data da aquisição ou do resgate, calculada *pro-rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração. A aquisição ou resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de aquisição ou resgate, conforme o caso, será utilizada remuneração equivalente à taxa



**CARTÓRIO LUIZ**  
Rua Deodoro, 169  
Autentico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado, com o qual conferi  
do que deu-se.

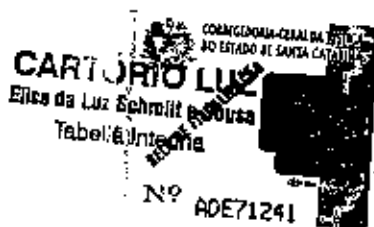
**CARTÓRIO LUIZ**  
Elise da Luz Schmidt e Sousa  
Tabelião Interina  
Nº  
ADE71243

Epotis. 20 OUT. 2000

*Elise da Luz Schmidt e Sousa*  
Tabelião Substituta


percentual da Remuneração que as Debêntures da respectiva emissão fizeram jus, nos termos a serem previstos nas Escrituras de Emissão. *Extinção, impossibilidade legal de utilização ou não divulgação da Taxa DI.* Na ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI superior a 30 (trinta) dias após a data esperada para sua divulgação, de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação por imposição legal ou determinação judicial, será utilizado em sua substituição o parâmetro legal que vier a ser determinado, se houver. Na sua ausência, o Agente Fiduciário deverá convocar assembleia geral de debenturistas para deliberar, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro de remuneração das Debêntures a ser aplicado. Caso os debenturistas, reunidos em assembleia, não aprovem a proposta da Emissora sobre o novo parâmetro, as Debêntures em circulação da respectiva emissão deverão ser adquiridas ou resgatadas na sua totalidade pelo saldo do Valor Nominal, amortizado nos termos do item 2.12 acima, acrescido da Remuneração devida até a data da aquisição ou do resgate, calculada *pro-rata temporis*, a partir da data do último pagamento da Remuneração. A aquisição ou resgate a que se refere este item não será acrescido de prêmio de qualquer natureza. Até o momento da definição do novo parâmetro ou da data de aquisição ou resgate, conforme o caso, será utilizada remuneração equivalente à taxa percentual da Remuneração que as Debêntures da respectiva emissão fizeram jus, nos termos a serem previstos nas Escrituras de Emissão.

- 2.14 *Direito de compra das Debêntures das duas emissões.* As pessoas que, no prazo que vier a ser determinado na Escritura de Emissão, forem acionistas da Companhia, terão o direito de adquirir, no dia 1º de novembro de 2004 ("Data de Exercício da Primeira Emissão"), parte ou a totalidade das Debêntures em circulação da primeira emissão, obrigando-se, portanto, os debenturistas da primeira emissão a vender as Debêntures de que são titulares aos acionistas da Companhia quando do exercício, pelos acionistas da Companhia, do direito de compra, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. As pessoas que, no prazo que vier a ser determinado na Escritura de Emissão, forem acionistas da Companhia, terão o direito de adquirir, no dia 1º de setembro de 2005 ("Data de Exercício da Segunda Emissão"), parte ou a totalidade das Debêntures em circulação da segunda emissão, obrigando-se, portanto, os debenturistas da segunda emissão a



CARTÓRIO LUZ  
Rua Deodoro, 169  
Autêntico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado, com o qual conferi  
de que dou “

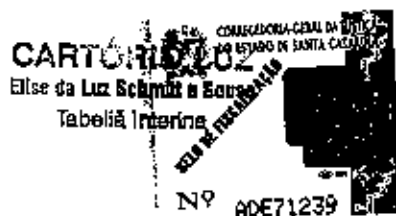
Fpolis, 20 OUT. 2000

  
Elise da Luz Schmitt e Sousa  
Tabelião Substituto

vender as Debêntures de que são titulares aos acionistas da Companhia quando do exercício, pelos acionistas da Companhia, do direito de compra, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.

- 2.15 *Direito de venda das Debêntures das duas emissões.* Ressalvado o direito de compra dos acionistas da Companhia nos termos do item 2.14 acima, o BNDES obriga-se a adquirir, na Data de Exercício da Primeira Emissão, a totalidade das Debêntures da primeira emissão em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender as Debêntures de que são titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão. O BNDES obriga-se a adquirir, na Data de Exercício da Segunda Emissão, a totalidade das Debêntures da segunda emissão em circulação dos debenturistas que, à exclusiva opção destes, manifestarem interesse em vender as Debêntures de que são titulares, de acordo com os termos e condições a serem previstos na Escritura de Emissão.
- 2.16 *Repactuação das duas emissões.* O conselho de administração da Companhia poderá alterar a Sobretaxa da Primeira Emissão e a Sobretaxa da Segunda Emissão e seus períodos de vigência, de acordo com o disposto nos itens 2.16.1, 2.16.2 e 2.17 abaixo.
- 2.16.1 *Primeira repactuação das duas emissões.* O conselho de administração da Companhia deliberará e comunicará aos debenturistas da primeira emissão com antecedência da Data de Exercício da Primeira Emissão, uma nova Sobretaxa da Primeira Emissão e o período de vigência da nova Sobretaxa da Primeira Emissão a partir da Data de Exercício da Primeira Emissão. Os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Companhia terão, então, direito de vender as Debêntures de que são titulares para o BNDES, nos termos do item 2.15 acima, ressalvado o direito dos acionistas da Companhia de exercer o direito de compra, nos termos do item 2.14 acima. O conselho de administração da Companhia deliberará e comunicará aos debenturistas da segunda emissão com antecedência da Data de Exercício da Segunda Emissão, uma nova Sobretaxa da Segunda Emissão e o período de vigência da nova Sobretaxa da Segunda Emissão a partir da Data de Exercício da Segunda Emissão. Os debenturistas que não aceitarem as condições fixadas





**CARTÓRIO LUZ**  
Rua Deodoro, 169  
Autentico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado, com o qual conferi  
do que dele.

Epólis, **20 OUT. 2000**

*Elise da Luz Schmitt e Sousa*  
Tabelião Substituta

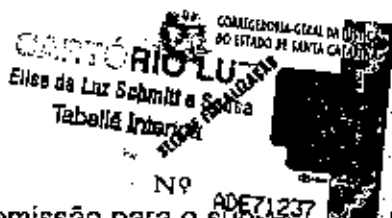
pelo conselho de administração da Companhia terão, então, o direito de vender as Debêntures de que são titulares para o BNDES, nos termos do item 2.15 acima, ressalvado o direito dos acionistas da Companhia de exercer o direito de compra nos termos do item 2.14 acima.

**2.16.2 Demais repactuações das duas emissões.** Com antecedência da data de término do período de vigência da nova Sobretaxa da Primeira Emissão, repactuada nos termos do item 2.16.1 acima, o conselho de administração da Companhia deliberará e comunicará aos debenturistas da primeira emissão a nova Sobretaxa da Primeira Emissão e o período de vigência da nova Sobretaxa da Primeira Emissão. Aos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Companhia será assegurado o pagamento das Debêntures de que são titulares pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, de acordo com o que vier a ser estabelecido pelo conselho de administração da Companhia. Este procedimento será repetido sucessivamente, até o vencimento final das Debêntures da primeira emissão. Com antecedência da data de término do período de vigência da nova Sobretaxa da Segunda Emissão, repactuada nos termos do item 2.16.1 acima, o conselho de administração da Companhia deliberará e comunicará aos debenturistas da segunda emissão a nova Sobretaxa da Segunda Emissão e o período de vigência da nova Sobretaxa da Segunda Emissão. Aos debenturistas que não aceitarem as condições fixadas pelo conselho de administração da Companhia será assegurado o pagamento das Debêntures de que são titulares pelo Valor Nominal acrescido da Remuneração devida até a data do efetivo pagamento, de acordo com o que vier a ser estabelecido pelo conselho de administração da Companhia. Este procedimento será repetido sucessivamente, até o vencimento final das Debêntures da segunda emissão.

**2.17 Resgate antecipado facultativo das Debêntures das duas emissões.** Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da primeira emissão pela Companhia até a Data de Exercício da Primeira Emissão, cabendo ao conselho de administração da Companhia, com antecedência de cada data de término do período de vigência da nova Sobretaxa da Primeira Emissão, deliberar e comunicar aos debenturistas da primeira emissão a existência ou não de resgate antecipado facultativo das Debêntures da primeira

*OK*





**CARTÓRIO LUZ**  
Rua Deodoro, 189  
Autentico a presente fotocópia por ser  
uma reprodução fiel do documento original  
que me foi apresentado, com o qual conferi,  
do que dei.

Flópolis, 20 OUT. 2000

*Elise da Luz Schmitt e Sousa*  
Tabelião Substituto

emissão para o subsequente período de vigência da nova Sobretaxa da Primeira Emissão e, em existindo, seus termos e condições. Não haverá resgate antecipado facultativo das Debêntures da segunda emissão pela Companhia até a Data de Exercício da Segunda Emissão, cabendo ao conselho de administração da Companhia, com antecedência de cada data de término do período de vigência da nova Sobretaxa da Segunda Emissão, deliberar e comunicar aos debenturistas da segunda emissão a existência ou não de resgate antecipado facultativo das Debêntures da segunda emissão para o subsequente período de vigência da nova Sobretaxa da Segunda Emissão e, em existindo, seus termos e condições;

3. nos termos e limites dos incisos VI a VIII do artigo 59 da Lei n.º 6.404/76, delegar ao conselho de administração da Companhia competência para alterar, se necessário, as matérias aqui dispostas;
4. autorizar a diretoria da Companhia a praticar todos os atos necessários ao cumprimento das deliberações ora adotadas, podendo, inclusive, (i) negociar cláusulas da Escritura de Emissão que não estejam aqui definidas, tais como obrigações adicionais e causas de vencimento antecipado; (ii) contratar o consórcio liderado pelo Banco Citibank S.A. para intermediar a distribuição pública das Debêntures das duas emissões, e (iii) negociar a contratação do (a) Agente Fiduciário, (b) banco mandatário; (c) banco, escriturador das Debêntures e (d) quaisquer outros serviços necessários à distribuição pública das Debêntures; e
5. aprovar o orçamento global da Companhia, que passou para R\$1.010.530.000,00 (um bilhão, dez milhões, quinhentos e trinta mil reais), que inclui juros durante a construção.

Os documentos apresentados na assembléia, quais sejam o relatório da diretoria a respeito da emissão das Debêntures e o documento a respeito do orçamento global da Companhia, rubricados pela mesa, foram arquivados na Companhia.

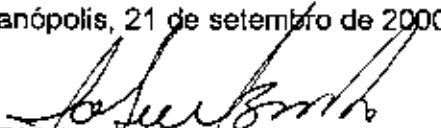
ENCERRAMENTO: nada mais havendo a tratar, foi lavrada e lida a presente ata que, achada conforme, vai assinada pelos presentes.

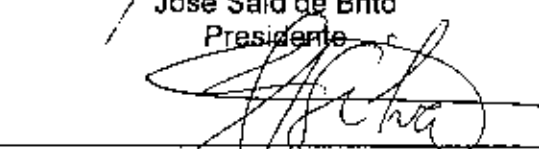
A presente é cópia fiel da ata da assembléia geral extraordinária de MACHADINHO ENERGÉTICA S.A., realizada em 21 de setembro de 2000, lavrada em livro próprio. (a.a.) ALCOA ALUMÍNIO S.A., CAMARGO CORRÊA CIMENTOS S.A., COMPANHIA BRASILEIRA DE ALUMÍNIO – CBA, S.A. INDÚSTRIAS VOTORANTIM, CIMENTO RIO BRANCO

*[Handwritten signature]*

S.A., VALESUL ALUMÍNIO S.A., INEPAR ENERGIA S.A., DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE ELETRICIDADE – DME, COMPANHIA PARANAENSE DE ENERGIA – COPEL, CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. – CELESC, COMPANHIA ESTADUAL DE ENERGIA ELÉTRICA – CEEE, JOSÉ SAID DE BRITO, OSMAR ANTONIO MIGDALESKI, ADJARMA AZEVEDO, JOSÉ GUILHERME DE HERÁCLITO LIMA, SÉRGIO DE ALMEIDA MOTA, SEBASTIÃO HENRIQUE UBALDO RIBEIRO, P/P GILBERTO PEDRO KUNZ, JOÃO BATISTA DE SOUZA E VALTER LUIZ CARDEAL DE SOUZA.

Florianópolis, 21 de setembro de 2000

  
 José Said de Brito  
 Presidente

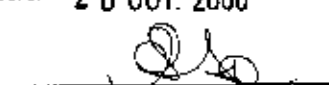
  
 Ivete Aparecida Andrade Silva Crisafulli  
 Secretária

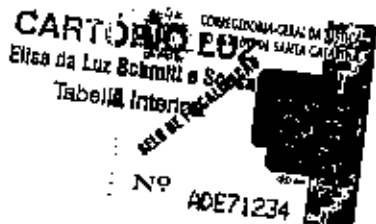
**CARTÓRIO LUZ**


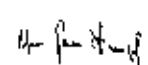
Rua Odeadoro, 189

Autentico a presente fotocópia por ser uma reprodução fiel do documento original que me foi apresentado com o qual conferi do que dormente.

Fpolis. 20 OUT. 2000

  
 Elise da Luz Schmitt e Sousa  
 Tabelã Substituta



	JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA	
	CERTIFICO O REGISTRO EM 19/10/2000	
	SOB O NÚMERO 20 0 0113442 6	
Protocolo: 00/113442-6		 MAX JOSEF REUSS STRENZEL SECRETARIO GERAL